



AVISO DE RECEPÇÃO

**DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO,
CONTRAORDENAÇÕES E
EXECUÇÕES FISCAIS**

Cabeça de Casal da Herança de
José Maria Martins Bernardino
Estrada dos Casais Ricos n.º 10
2970-577 Sesimbra

S./Ref.

S./Comun.

N/Ref.

Data:2024/04/23

- N.º Proc.: 140/24
Ofic. S/FFN/900/2024

Assunto: Notificação para reposição da legalidade

Local: Estrada da bela Vista n.º 225 e 227 Vivenda MJR – Charneca de Caparica

Exmo(a). Senhor(a),

Por despacho datado de 23 de fevereiro de 2024, da Exma. Senhora Vereadora da Proteção Civil e Segurança, Atendimento ao Município, Assuntos Jurídicos e Fiscalização Municipal, Património e Compras desta Câmara Municipal, no uso da competência que lhe foi delegada, ao abrigo do n.º 1 do artigo 34º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 36º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Despacho n.º 112/2021-2025, de 15 de novembro de 2022, da Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo, proferido no âmbito do processo de fiscalização n.º **140/24**, fica V. Exa. notificada, na qualidade de proprietário da fração supra mencionada, para:

1- **No prazo de 15 dias**, se pronunciar, de forma escrita, sobre o que tiver por conveniente, para efeitos de audição dos interessados / audiência prévia nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 106.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 dezembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e dos artigos 121.º e 122.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, na sua atual redação, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo (CPA) sobre o Projeto de Decisão infra.

Para os devidos efeitos - o processo poderá ser consultado junto do Serviço de Fiscalização, Contraordenações e Execuções Fiscais, sito na Rua Cândido Capilé, n.º 9, Almada, nos dias úteis das 9:30h às 12:00h e das 14:00h às 16:30h, mediante agendamento.

2 - **No prazo de 30 dias (úteis)**, a contar da receção da presente notificação (data da assinatura do aviso de receção) e decorrido que seja o prazo de 15 dias para efeitos de audiência prévia, apresentar projeto de legalização, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 102.º e 102.º-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 dezembro, na sua atual redação (RJUE), com vista reposição da legalidade urbanística de acordo com o instrumento de administração urbanística previsto para o local.



O projeto de legalização deve ser apresentado no balcão presencial da CMA, situado na Av. D. Nuno Álvares Pereira, n.º 67, em Almada.

Ou,

3 – Na impossibilidade de legalização e após o decurso do prazo estabelecido para o exercício do direito de audiência prévia, proceder à reposição do terreno/edificado nas condições em que se encontrava, antes do início das obras ou trabalhos.

Mais fica notificada, de que o desrespeito dos atos administrativos que determinam as medidas de tutela da legalidade urbanística, previstas nos pontos 2 e 3 da presente notificação, constituem crime de desobediência, nos termos do artigo 100.º do D.L n.º 555/99, de 16 dezembro e do artigo 348º do Código Penal.

Fica ainda notificada, de que findo o prazo de 30 dias (úteis), e sem prejuízo da responsabilidade criminal, bem como da responsabilidade contraordenacional, em caso de incumprimento de qualquer das medidas de tutela da legalidade urbanística, isto é, sem que tenha dado cumprimento ao atrás determinado, a Câmara Municipal de Almada poderá determinar e promover a execução coerciva das medidas de tutela da legalidade urbanística a expensas do notificado.

Com os melhores cumprimentos,

Ao abrigo do Despacho nº 3/GVFP/2021-2025, de 19 de abril de 2023

Secretária Geral
(Despacho nº 14/2021-2025)

Elsa Henriques
30-04-2024